

23.9.2020

## Boas práticas de participação social na Gestão Pública

Neste artigo, a Priscila Borges da Prefeitura de Niterói fala um pouco sobre programas que incentivam a participação popular na gestão pública.



Fui convidada para escrever nesse espaço sobre boas práticas de participação social na gestão pública. Para iniciar essa discussão é fundamental estabelecermos um ponto de partida comum: desde a promulgação da constituição de 1988 o Brasil tem vivido o que alguns cientistas políticos chamam de “Experimentalismo democrático”.

Portanto, desde a redemocratização vivenciamos esse processo de *experimentação democrática*. Começamos com as primeiras tentativas de Orçamento Participativo na década de 80, e passamos pela proliferação dos conselhos e conferências temáticos de políticas públicas nas décadas de 90 e 2000.

Foi só em 2014 que criou-se o Sistema e a Política Nacional de Participação Social que regulamentavam os instrumentos e instâncias formais de promoção de participação por parte do Estado. Infelizmente esse decreto foi revogado em 2019 pelo então Presidente da República. (Decreto 8.243/2014, da presidência da República)

A grande questão é que hoje se você for perguntar para um cidadão/cidadã comum qual foi a última vez em que exerceu a participação social ou política, ele vai dizer que foi na eleição, através do voto.

De fato, o voto é muito importante para nós que valorizamos a democracia, mas existem uma série de outras ferramentas tradicionais que podem ser utilizadas, reinventadas e aprimoradas para promoção de uma gestão pública participativa (Orçamento Participativo, Audiências Públicas, Conferências e Conselhos de Políticas Públicas, Consultas públicas, Plebiscitos e Referendos).

Pensar em um sistema híbrido que una as formas tradicionais de participação com as diversas plataformas inovadoras que tem sido criadas (o Colab é um excelente exemplo) é fundamental para avançar nesse tema. (Victor, Ortiz e Silva, 2017)

Contudo, a conjuntura da percepção da população sobre a participação social no Brasil não é muito favorável. Segundo dados de 2015 do Latinobarômetro, somente 32% da população brasileira acredita que a democracia é o melhor regime político e 9% confia que os governantes atuem em benefício do povo.

### **Desafios para uma gestão participativa**

Nesse contexto, existem alguns desafios que eu acredito que devem estar no horizonte da construção de uma gestão participativa de fato. Elenquei aqui os 4 principais no meu ponto de vista.

1- Consciência Política -O cidadão precisa saber as suas responsabilidades enquanto cidadão; qual o papel do seu voto; como funciona o Estado e a política; quais as atribuições das instituições (Legislativo, Executivo, Judiciário) e como fiscalizar esses poderes.

2 - Cultura da participação - **Tanto** os organismos estatais precisam ter consciência da importância da participação social e promovê-la de maneira habitual, natural, constante, cotidiana, **quanto** a sociedade civil tem que ter o mesmo hábito de se envolver nesse processo, tem que ser conscientizada dessa importância, transformando a participação social em uma cultura.

3- Engajamento - É preciso tirar o cidadão da posição de consultado e envolvê-lo num processo de Co-criação com o governo. Além disso é fundamental envolver os servidores públicos no processo de construção de soluções para os problemas e formulação de políticas públicas para que ele se entenda como sujeito promotor de mudanças. Promover espaços atrativos para esse engajamento é fundamental.

4- Efetividade dos mecanismos participativos - as pessoas precisam confiar que esses mecanismos de participação de fato promovem mudanças, constroem políticas públicas, e geram transformações reais nas suas vidas e territórios.

A partir desses dilemas, como podemos avançar em uma gestão mais participativa e engajada? Para essa reflexão eu gosto de usar o conceito e *responsividade* do Dahl (1971 - A Poliarquia):

Os cidadãos e cidadãs devem ter plenitude de oportunidades para:

1.formular suas preferências (CONSCIÊNCIA POLÍTICA E CULTURA DE PARTICIPAÇÃO)

2. expressar essas preferências aos seus iguais e ao governo por meio de ação individual ou coletiva (ENGAJAMENTO)

3.ter essas preferências igualmente consideradas pelo governo (EFETIVIDADE DOS MECANISMOS PARTICIPATIVOS)

Ou seja, a partir desses quatro grandes desafios elencados é necessário construir ações e políticas públicas com foco na promoção da consciência política e cultura de participação; engajamento; e na efetividade dos mecanismos participativos.

### **Ações inspiradoras para resolver os desafios**

Selecionei algumas iniciativas inspiradoras relacionadas a cada um dos desafios:

1) o Projeto "[Ciência Política nas Escolas](#)" organizado pela Escola de Ciência Política da UNIRIO;

2) o curso de Participação Social promovido pela [Escola de Governo e Gestão da Prefeitura de Niterói](#) para formação dos servidores municipais;

- 3) a [ODS Week](#) realizada pela Prefeitura de Niterói que reuniu servidores municipais para propor soluções para alguns problemas do município;
- 4) o [portal de Conselhos Municipais da Prefeitura de Vitória](#) que reúne todas as informações sobre deliberações, reuniões e políticas públicas oriundas desses espaços.

Por fim, um ensinamento fundamental que obtive trabalhando na Prefeitura de Niterói é que quanto mais a população é ouvida, menos se erra na construção de políticas públicas. Portanto, participação social além de tudo é uma forma de promover eficiência na gestão, atacando com precisão os dilemas que afligem a população.



PRISCILA BORGES

## Sobre o autor

Priscila Borges é Cientista Política e Mestre em Política Social. No momento atua como Diretora do Núcleo de Metas e Indicadores da SEPLAG na Prefeitura de Niterói. Defende uma gestão pública transparente, responsável, participativa e comprometida com a redução das desigualdades.